



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

JÚLIA RAMOS SPANNER

**ARQUIVOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA:
UMA ANÁLISE DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA**

Belém, PA

2018

JÚLIA RAMOS SPANNER

**ARQUIVOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA:
UMA ANÁLISE DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas como requisito para obtenção do Grau de Bacharelado em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Thiago H. B. Barros

Belém, PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S735a Spanner, Júlia Ramos
 Arquivos e sua importância para a memória: uma análise do Centro de Memória da Amazônia /
 Júlia Ramos Spanner. — 2018
 32 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Arquivologia, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

1. Arquivo. 2. Memória. 3. Amazônia. I. Barros, Thiago Henrique Bragato , *orient.* II. Título

CDD 027.0811

FOLHA DE APROVAÇÃO

JÚLIA RAMOS SPANNER

**ARQUIVOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA:
UMA ANÁLISE DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas como requisito para obtenção do Grau de Bacharelado em Arquivologia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador:

Prof^o. Dr.^o Thiago H. B. Barros (Faculdade de Arquivologia, UFPA)

Prof^a. Iane Maria da Silva Batista (Faculdade de Arquivologia, UFPA)

Prof^o. Gilberto Gomes Cândido (Faculdade de Arquivologia, UFPA)

Aprovado em ____/____/ 2018

Belém, PA.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me proporcionado chegar até aqui. A minha família pelo amor, incentivo e por toda a dedicação contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos.

Agradeço aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado em especial ao meu orientador pelo suporte e paciência ao longo deste trabalho. Agradeço também a minha instituição por ter me dado à chance e todas as ferramentas que permitiram chegar hoje ao final desse ciclo de maneira satisfatória.

*As memórias não são apenas sobre o passado, elas
determinam nosso futuro*

O Doador De Memórias

RESUMO

O estudo arquivístico está cada vez mais ampliando o seu alcance, mesmo se tratando de uma área de pesquisa relativamente nova, muito se tem discutido sobre os princípios básicos de arquivologia, entre eles a noção de arquivo e a sua importância. Acerca disso, suscitou a indagação acerca da importância de guardar memórias, isto é, a importância do arquivo para a sociedade em geral, para tanto, foi de suma importância para este estudo considerar que os conceitos de memória e arquivos estão correlacionados, e por essa razão não podem ser dissociados. Para tanto se considerou como campo de pesquisa o Centro de Memória da Amazônia – CMA – e dois projetos desenvolvidos no mesmo (Projeto Imigração e Projeto Inquisição na Amazônia), além da realização de uma pesquisa bibliográfica que levasse em consideração o par memória-arquivo, das quais se destacam produções monográficas e publicações de periódicos nacionais. Com as informações teóricas reunidas, foi possível compreender a importância da memória em arquivos para a sociedade do Estado do Pará, uma vez que os processos inquisitoriais e os registros imigratórios contam uma parte da história paraense e sua formação. Sem estas informações não seriam possíveis precisar a quantidade ou quais as influências que a cultura local sofreu no decorrer do tempo, nem tornar conhecidos os descendentes destes imigrantes ou as influências que os processos causaram na sociedade paraense.

Palavras-chave: Arquivo. Memória. Amazônia.

ABSTRACT

Archival study is increasingly expanding its scope, even if it is a relatively new area of research, much has been discussed about the basic principles of archival science, including the notion of archiving and its importance. In this regard, it raised the question about the importance of keeping memories, that is, the importance of the archive to society at large. Therefore, it was very important for this study to consider that the concepts of memory and archives are correlated, and because of this can not be dissociated. For this purpose, the Amazon Memory Center (CMA) and two projects developed in it (Immigration Project and Inquisition Project in the Amazon) were considered as a field of research, as well as a bibliographical research that took into consideration the memory-archive pair of which stand out monographic productions and national periodicals publications. With the theoretical information gathered, it was possible to understand the importance of memory in archives for the society of the State of Pará, since the inquisitorial processes and the immigration record still a part of the Pará history and its formation. Without this information it would not be possible to specify the quantity or influences that the local culture suffered over time, nor to make known the descendants of these immigrants or the influences that the processes caused in the Pará society.

Keywords: Archive. Memory. Amazon.

LISTA DE SIGLAS

AAB	–	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AN	–	Arquivo Nacional
CBA	–	Congresso Brasileiro de Arquivologia
CFE	–	Conselho Federal de Educação
CMA	–	Centro de Memória da Amazônia
CPA	–	Curso Permanente de Arquivos
FEFIEG	–	Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
TJE-PA	–	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UFF	–	Universidade Federal Fluminense
UNIRIO	–	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFPA	–	Universidade Federal do Pará
UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Metodologia	10
1.2	Referencial Teórico.....	11
2	ARQUIVISTA: MEMÓRIA E ARQUIVO	12
2.1	Concepções Acerca Do Profissional Arquivista	12
2.2	Primeiros Passos Do Curso De Arquivologia.....	13
2.3	Principais Atividades.....	14
2.4	Memória.....	16
2.5	Arquivo.....	17
3	PROJETOS DE PROTEÇÃO À MEMÓRIA DO ESTADO – CMA	20
3.1	CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA – CMA	20
3.2	PROJETO A PRESENÇA DA INQUISIÇÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL 20	
3.2.1	<i>A Inquisição na região Norte</i>	21
3.2.2	<i>Como funcionava a inquisição</i>	22
3.2.3	<i>Os processos inquisitoriais</i>	23
3.3	Projeto Imigração.....	24
3.3.1	<i>Imigrantes Portugueses</i>	24
3.3.2	<i>Imigrantes Espanhóis</i>	25
3.3.3	<i>Imigrantes Italianos</i>	26
3.3.4	<i>Imigrantes Marroquinos</i>	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
5	REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A invenção da escrita permitiu registrar, num suporte exterior à mente e à voz humana, a informação que o homem produzia desde os primórdios da comunicação. As inscrições nas cavernas na era Paleolítica permitiram os registros de acontecimentos na vida do homem, tais como a presença de perigo, meios de criar fogo, ou seja, quaisquer acontecimentos que parecessem importantes.

Com o avanço do tempo e das tecnologias, os suportes de arquivos modificaram-se como placas de argila, papiro, pergaminho e papel. Na atualidade há uma gama de suportes, de variados tamanhos, e em várias plataformas, pois armazenar informações é de suma importância registrar momentos ou documentos importantes para muitos em nossa sociedade.

Não só o ato de guardar informações é importante, mas conhecer o que é de fato um arquivo também é passível de investigação, sobre isso o dicionário de terminologia arquivística diz que “arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

Dessa forma entende-se por arquivo qualquer conjunto de documentos produzidos e recebidos, seja por um governo, instituição, ou pessoa e guardados em um ambiente ou suporte para eventuais consultas futuras, conforme Souza (1950) “arquivo é o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros.”.

A evolução histórica dos arquivos e do seu conceito é paralela ao desenvolvimento das sociedades humanas. Os registros baseados na escrita contam a história da humanidade mesmo quando não havia essa intenção a serem criados. Isso é percebido, por exemplo, quando se estuda acervos arquivísticos que contam as atrocidades dos conflitos bélicos, inclusive as classificadas como crimes de guerra, registrados nos documentos de arquivo dos próprios criminosos.

Sobre a memória de uma sociedade pode-se citar, no Estado do Pará, o Centro de Memória da Amazônia, criado no ano de 2007, por meio de um convênio realizado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Tribunal de Justiça do

Estado do Pará (TJE-PA), objetivando a criação de uma infra-estrutura para a guarda, conservação e organização do acervo permanente do Tribunal de Justiça do Estado. O espaço abriga uma vasta documentação de natureza cível e criminal que integrava o arquivo inativo do TJE, tais documentos datam do final do século XVIII até 1970, são, aproximadamente, 35 toneladas de papel, e 2 km lineares de documentos.

A partir das experiências obtidas com a pesquisa de Iniciação Científica no Centro de Memória da Amazônia e os conhecimentos obtidos no decorrer do curso de Arquivologia, surgiu o interesse em investigar a importância de um documento para a memória, seja do estado ou de uma pessoa, visto que os documentos contam a história da humanidade, para tanto, utilizou-se como campo de pesquisa o Centro de Memória da Amazônia e como corpus de pesquisa as atividades desenvolvidas nos projetos de restauração e preservação pertencentes ao CMA – Projeto Imigração e Projeto Inquisição.

À vista disso, a presente pesquisa intenta, como objetivo geral, demonstrar a importância da preservação da memória social e, como objetivos específicos, apresentar as bases de formação do profissional arquivista, as atividades desenvolvidas em sua profissão e analisar a importância de preservar os documentos importantes para uma sociedade, em especial, para o Estado do Pará, a partir dos projetos que integram o CMA.

1.1 METODOLOGIA

A priori, foram realizadas leituras bibliográficas a fim de discutir considerações elementares para a melhor compreensão de certos conceitos específicos do campo de pesquisa arquivista, bem como acerca do profissional arquivista e as atividades desempenhadas na área profissional. Para este momento foram considerados os periódicos publicados em revistas nacionais e alguns exemplares vistos no decorrer do curso de graduação.

Tratando-se de um estudo de caso, esta pesquisa foi realizada no Centro de Memória da Amazônia – CMA –, com o intuito de apresentar o acervo permanente do Tribunal de Justiça do Estado e a importância do CMA nas atividades de preservação e recuperação da memória social do Estado do Pará. Foram discutidos,

também, projetos realizados no CMA a fim de preservar informações importantes para a Justiça do Estado a partir da recuperação das informações de documentos.

O primeiro deles é chamado de Projeto Imigração, este projeto trata dos documentos pertencentes aos imigrantes vindos de várias partes do mundo que vieram instalar-se na cidade de Belém, boa parte desses imigrantes eram de Portugal, Marrocos, Espanha e Itália. Ressalta-se que a presença portuguesa em Belém é bastante expressiva e de acordo dados censitários disponíveis para a região Norte, no ano de 1872, dos estrangeiros residentes em Belém “79% (...) eram portugueses. Esse número cai para 68% no censo de 1920, mas continua representando um valor significativo o que indica a hegemonia dessa imigração para a capital paraense”. (PROJETO IMIGRAÇÃO, 2011)

O segundo é alcunhado do Projeto Inquisição, que tem como objetivo fazer o levantamento, digitalização e divulgação a documentação inquisitorial do Tribunal Santo Ofício de Lisboa, o qual se encontra disponível para consulta na Direção de Geral de Arquivos em Lisboa, relacionada ao antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará (a partir de meados do século XVIII).

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de buscas de artigos publicados em revistas nacionais, bibliografias referentes ao assunto Arquivologia apresentados durante o curso, *A invenção da memória nos arquivos públicos*, de Jardim (1995), *Arquivos permanentes: tratamento documental*, de Bellotto (2004) e *As Novas Funções dos Arquivos e dos Arquivistas*, de Soares (1984) e no que concerne a discussão sobre a memória social. Soma-se isto às constantes consultas de materiais divulgados nos portais dos projetos supracitados e o portal do Centro de Memória da Amazônia – CMA. Durante esta pesquisa foram realizados fichamentos e resumos a fim de facilitar a consulta e as indicações de citação. Por se tratar de pesquisa bibliográfica e qualitativa, foram dispensados deste estudo quaisquer gráficos ou quadros que indicassem quadros quantitativos.

2 ARQUIVISTA: MEMÓRIA E ARQUIVO

No presente capítulo será abordado dois conceitos cruciais para a concepção arquivista, para tanto se recorreu a estudos realizados por McGarry (1999), Soares (1984), entre outros. O capítulo está organizado em cinco tópicos entre os quais suscitará a importância da preservação da memória e a importância do arquivo na vida da sociedade.

2.1 CONCEPÇÕES ACERCA DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

O profissional arquivista tem sido orientado, em seu curso superior, para satisfazer necessidades informativas, de modo que a administração de uma instituição desenvolva suas funções com presteza, eficiência, e economia, para salvaguardar direitos e deveres das pessoas, contidos nos documentos, e para tornar possíveis a pesquisa e a difusão cultural. Com base nessas afirmações pode-se entender que se trata de um profissional da informação, sobre esta perspectiva McGarry, (1999, p.158) afirma:

Temos estudado corpos de conhecimentos que são na verdade sistemas sociais, cada qual com uma perspectiva cultural e sistema de comunicação próprio. Conforme nos adverte um pesquisador da área, ele usa a expressão 'comunidades de conhecimento' de forma mais ampla e solta do que 'comunidades de disciplinas'. Nesse sentido do conceito, 'profissionais da informação' se qualificaria como uma comunidade de conhecimento, sendo a comunicação (a não-comunicação) da informação na sociedade sua preocupação central.

Conforme o que foi dito anteriormente e a afirmação de McGarry (1999, p. 158) pode-se entender a alcunha de 'profissional da informação' como a mais aproximada das ações desenvolvidas pelo gerenciador de projetos e planejamentos de sistemas de informação em instituições documentais, arquivísticas ou não. A profissão de arquivista ainda é relativamente nova e necessita de muitos estudos e descobertas a serem feitas, trata-se de uma profissão autônoma, embora esteja relacionada ao campo da Ciência da Informação e a Biblioteconomia.

2.2 PREÂMBULOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Foi somente no ano de 1972 que o Conselho Federal de Educação (CFE) autorizou a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) encaminha ao CFE, um projeto de currículo – Câmara de Ensino Superior, Processo nº. 1845/72 (BOTTINO, 1994, p. 14). No mesmo ano, é aprovado o Parecer nº. 249/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, que reconhece a Arquivística como habilitação profissional no Ensino de 2º grau, em 08 de março de 1972.

No ano seguinte, é firmado um acordo regulando o mandato universitário, concedido pelo Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao CPA (28 de setembro de 1973). Já no início de 1974, foi firmado um convênio entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Arquivo Nacional (AN), para cooperação conjunta das duas entidades em matéria arquivística e de pesquisa histórica, com a divulgação, por ambas, dos resultados obtidos nesses campos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 4-5).

Assim, conforme dados disponibilizados pelo Arquivo Nacional, (1976, *passim*) é formada uma comissão composta por representantes do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG), visando a transferir o CPA para o âmbito do MEC, como unidade filiada à FEFIEG. Em seguida, por meio da Portaria n.º 5, de 15 de março de 1976, o AN aprova o quadro de professores do seu Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos.

Ainda segundo o Arquivo Nacional (2005, *passim*) em março de 1977 o CPA é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, com a denominação de *Curso de Arquivologia*, de acordo com o Decreto n.º 79.329, de 02 de março de 1977, e termo de convênio assinado pelo diretor do AN, pelo presidente da FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade. A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas da FEFIERJ, com a nomeação

de professores, pelo seu presidente, dá-se pela Portaria n.º 141, de 31 de março de 1977.

Com essa transferência, o CPA, que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, ainda no mesmo ano, ou seja, em 1977. Passados mais de sessenta anos da primeira iniciativa registrada quanto à criação de um curso para a capacitação de arquivistas e de tantos esforços, enfim, a Arquivística conquista seu espaço na Universidade. O Curso de Arquivologia da UNIRIO é, então, o primeiro a ser realizado na Academia.

2.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES

Destaca-se, portanto, que a atividade principal de um arquivista é a preservação da memória dentro de um arquivo, algo muito discutido por grandes teóricos por considerarem esta a função chave para o arquivo e que é visto por pesquisadores como uma fonte inesgotável de informações. Tão necessária é essa função que ela está inclusive prevista em um dos principais princípios da Arquivística, conhecida como a Teoria das Três Idades. Esta teoria visa segmentar os arquivos em funções principais, representadas com uma analogia a um ciclo vital, composto por três fases da vida, a Corrente, a Intermediária e a Permanente.

Esta diferenciação definida a partir dos usos dos arquivos representa, principalmente, que eles têm uma linha vital a ser seguida, são na verdade, identificações dos caminhos que os documentos precisam percorrer até que seu destino final seja definido. Este processo tem início na administração de uma instituição, alocado no arquivo Corrente e parte no Intermediário. Neste momento em que se encontra no estágio Intermediário, ou Segunda Idade, os documentos já não são muito requeridos pela administração, pois já cumpriram as funções que os originaram e tendem a serem úteis somente para uma consulta casual. Começam, portanto, a receber um valor que já não é mais integral para a administração, mas voltado para a sociedade em geral.

Este processo de transição dos documentos da sua fase Corrente para a fase Permanente necessita de um período para a análise e mudança de seus conceitos, isso acontece neste momento de Intermediário. Assim que sua função administrativa chega ao fim e não tem mais interesse por parte dos administradores, o documento

ingressa no arquivo Permanente, onde, após uma criteriosa avaliação baseada em legislações internas e externas a instituição, é investido um valor histórico à documentação sobrevivente aos critérios para eliminação, como preservador de uma memória que corresponda à manutenção da identidade dessa comunidade produtora. É nesse contexto que se encontra um grande desafio para o profissional arquivista, pois neste momento de transferência é tomada a decisão da qual o arquivista, o responsável direto, não poderá voltar atrás, visto que na avaliação de documentos é feita a separação dos documentos que realmente são interessantes dos supérfluos, como disse Soares (1984):

A avaliação de documentos prescreve que o supérfluo seja eliminado dentro de determinados prazos e que se reduza a massa documental sem prejuízo da informação. Para tanto, é necessária a análise da produção documental, com vista a identificar os documentos que espelhem a atuação, o comportamento, as realizações e conquistas das unidades governamentais e privadas e os respectivos controles das fontes de informação. (SOARES, 1984. p.44)

Trata-se de uma avaliação importante para selecionar os documentos que não serão preservados, mas imediatamente eliminados, perdendo-se por completo as informações lá registradas. De acordo com Bellotto (2004, p. 113) “essa transferência implica a passagem de um filtro de qualidade racionalizador e densamente redutor. É, pois, oportuno analisar os valores nos quais se devem fundamentar os critérios orientados que vão dar forma a essa operação.”.

Estes valores que implicarão no descarte ou preservação permanente de uma série documental correspondem a critérios que englobam uma amplidão de funções que deverão ser cumpridos pelos documentos, ainda assim, o objetivo desta avaliação antes da destinação final é realmente a máxima redução possível de documentos sem que se percam informações de interesse cultural. Ainda nas palavras de Bellotto (2004. p. 114) esta avaliação:

Trata-se de expor um leque de valores aplicáveis aos documentos de terceira idade para uso de situações *ad hoc*, das quais os arquivistas vão se valer, juntamente com a legislação e outros elementos que lhe esclareça o contexto de produção daqueles documentos.

É primordial, durante a avaliação, ter esclarecido que tipo de documento deve ser preservado a partir dos interesses tanto da instituição como da comunidade a que se integra. Para que esses interesses sejam definidos é preciso que, a princípio, se tenha dois aspectos fundamentais, ressaltados por Bellotto (*op.cit.* p. 115), que são ele: “ (a) valor dos documentos (sendo a problemática de sua definição saber até onde vai o administrativo e começa o histórico na questão da seleção); (b) a idade do documento (fixada em 25 ou 30 anos após a data da criação, por julgar-se, em diferentes países, serem estes prazos suficientes para o término dos valores primários). ”.

Dessa forma o arquivista traz em sua formação todos os critérios necessários para que se estabeleçam normas determinantes, de forma a não prejudicar a administração passada e que contribua o máximo possível para as pesquisas históricas.

Nesse sentido, Camargo e Machado (1996) afirmam que “os administradores tendem a ver apenas os valores imediatos da documentação, não se preocupando com seu conteúdo histórico. A consequência tem sido a destruição indiscriminada ou o acúmulo caótico de conjuntos documentais básicos para a reconstituição do passado municipal. No outro extremo ficam os que, supervalorizando a utilização do acervo para a pesquisa histórica, desconhecem a importância da fase inicial de arquivamento. Os resultados têm sido, 8 entre outros, a perda de provas de direito dos cidadãos, a imprecisão no fornecimento de subsídios para o processo decisório e sérias lacunas no acervo documental potencialmente importante para a investigação retrospectiva” (FERREIRA; MORAIS, 2004. p.1)

Além disso, cabe ao profissional arquivista a preservação de materiais históricos, tais como são os documentos de uma instituição federal ou de órgãos da justiça, como é o TJE-PA, entretanto, não se pode considerar o processo de preservação de um documento como a substituição dos arquivos originais, pois, a garantia de autenticidade dos documentos públicos pode ser perdida ou duvidosa, impossibilitando quaisquer verificações em casos de futuras dúvidas ou suspeitas de fraudes.

2.4 MEMÓRIA

Em sua tese de doutorado, Oliveira (2010) aproxima o tema da memória à Arquivologia no sentido de que as memórias do indivíduo, da família, da organização

e da comunidade estão em constante interação e “a questão da memória parece estar sempre subentendida, implícita na própria razão de ser dos arquivos e, por que não, dos próprios arquivistas” (OLIVEIRA, 2010, p. 47).

A problematização sobre os discursos da área de Arquivologia, de acordo com Orrico e Silva (2014), no que diz respeito aos usos dos arquivos nas construções de memórias impõe, inicialmente, a reflexão acerca do suporte da memória coletiva, na forma de objetos mantidos fora do circuito das atividades originárias e sujeitos a uma proteção especial.

Considerando que o fenômeno arquivístico, no que tange à burocratização das relações sociais, admitindo uma lógica da comunicação mediada pelo ato de documentar, os lugares de memória significariam meios oficiais e institucionais de pertencimento para além do amortecimento dos meios afetuosos e sentimentais da lembrança. Assim, um acervo arquivístico, tratando-se apenas de um substrato material, é lugar de memória tendo em vista que se reconhece investido também de forte dimensão simbólica.

Conforme Oliveira (2010, p. 47) o fenômeno informacional arquivístico apresenta profundas relações com a evocação do passado dentro da esfera de proliferação de memórias e de identidades reivindicadas por grupos. No Brasil, conforme demonstrado por Orrico e Silva (2011, *apud* OLIVEIRA, 2010), o direito de acessar acervos arquivísticos alimenta construções de memórias no aspecto social, abrangendo a competência das instituições arquivísticas para discernir o que possa representar atemorização à intimidade, à honra, à imagem e à vida privada das pessoas indicadas nos documentos oficiais sob seu amparo.

A invenção da memória nos arquivos públicos brasileiros pouco parece encontrar sua referência na racionalidade técnica dos princípios teóricos da avaliação e seleção de documentos consagrados internacionalmente. A reduzida produção científica sobre o tema no Brasil evidencia esta situação, bem como as lacunas teóricas com que se opera o conceito/noção de memória entre os arquivos públicos. (JARDIM, 1995, p. 8)

2.5 ARQUIVO

Outro conceito importante que abrange a profissão de um arquivista aponta a noção de arquivo, pois, consideram-se arquivo todos os documentos acumulados

por uma instituição pública ou privados, desconsiderando a natureza do suporte. Além disso, pode-se conceber como ideia de arquivo as como construções sociais, que sugerem complexas relações capazes de manifestar valores e padrões de comportamentos, ou ainda, pode-se considerar o que Heymann (2009, p. 29) diz sobre os arquivos, segundo o autor, os arquivos são

Artefatos produzidos ao longo de uma série de investimentos de naturezas distintas, resultantes da ação da entidade produtora de arquivo, mas também de seus organizadores e custodidores que, muito antes do trabalho seletivo empreendido pelo historiador, realizam, eles também, e em diferentes tempos e circunstâncias, suas próprias seleções, classificações e monumentalizações.

O arquivo pode-se ser considerado como memória e estas, por sua vez, têm potencialidade para informar e alterar a realidade presente. Entretanto, apenas se pode conceber memória como arquivo quando há a pretensão de determiná-lo enquanto monumentalidade. Trata-se, portanto, de um termo possuidor de acepções multicores e polêmicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e memória. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (1972) diz que a noção de arquivo foi dada enquanto “estratégia de rememoração”, evidenciando as estruturas conceituais que determinavam as articulações entre o saber e o poder, estabelecendo o que é vedado e o que é exequível. A concepção de Foucault explorou construções teóricas de poder nas várias sociedades, e a forma como este se relaciona com as pessoas.

Conforme diz a Declaração Universal sobre os arquivos, os arquivos registram decisões, ações e memórias, trata-se de um patrimônio único e insubstituível transmitindo de geração a geração as informações importantes para a construção da identidade social. Eles também são fontes de confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes, dessa forma, o acesso livre aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade em geral, protegendo os direitos, promovendo a democracia e a Justiça.

Há grandes discussões acerca do conceito de arquivo. Porém, quaisquer que sejam as formas de sua concepção, o arquivo possui um universo permeado de elementos que devem ser explorados para que se possa afluência as variadas possibilidades de acesso à informação. Conforme Paz (2004), “a importância dos arquivos cresceu à medida que se desenvolveram os conceitos sociais, econômicos e culturais da humanidade”.

No entanto, não se pode determinar apenas um conceito acerca de arquivo, visto que os ensinamentos teóricos da remetem a reflexões sobre o termo e sobre o seu significado. Atualmente o conceito de arquivo parece ser determinado como subordinado aos avanços dos novos suportes da informação. Contraditoriamente e sem esconder o real valor do significado de arquivo, todo e qualquer suporte da informação tem no seu destino um espaço em que serão anexados outros dados, culminando no que se entende por arquivo.

Quando se fala de arquivo, associam-se a ele conceitos de documentos e de informação. Essa é a base para o entendimento de seu contexto. Não importa o tipo de informação que foi gerado e não se pode depreciar um dado informacional em detrimento de outro. No final, ter-se-á concebido um documento de arquivo, que deverá receber tratamento a partir dos mecanismos que lhe facilitem o acesso e a recuperação da informação guardada e por ele contextualizada.

O Arquivo é, pois, memória, ambos os conceitos indefinidos são de suma importância para o desenvolvimento de estudos dentro da área de pesquisa da Arquivologia, dessa forma, não se pode separá-los e tampouco, engessá-los em conceitos previamente definidos ou de acordo com o que diz os dicionários da língua padrão. A memória, por sua vez, tem forte importância para a constituição da subjetividade, em virtude de que com ela é possível ter acesso aos testemunhos do passado, é possível criar uma identidade social, e esta por sua vez, trata-se de referências que constituem um patrimônio cultural. Tudo aquilo que diz respeito e identifica o espaço pode ser considerado patrimônio cultural, agregando prédios, ruas, praças, monumentos, até os aspectos antropológicos relacionados à formação de um grupo humano, como a língua, os ritos, os costumes, etc.

3 PROJETOS DE PROTEÇÃO À MEMÓRIA DO ESTADO – CMA

3.1 CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA – CMA

Havia no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA), um arquivo inativo, pensando na riqueza de memórias que o mesmo abrigava, surgiu à iniciativa no mesmo em convocar instituições locais que tivessem interesse e se responsabilizassem pelo mesmo. Inicialmente foi criada uma comissão de juristas e bibliotecários para analisar e descartar os documentos, seguindo critérios de temporalidade, dispostos em uma tabela. Esses registros são de natureza cível e criminal, correspondentes ao século XVIII, somados o peso é equivalente a 35 toneladas de papel e a distância seria, aproximadamente, 2 km lineares. Conforme solicitado pelo TJE-PA, a Universidade Federal do Pará manifestou interesse pela guarda dos documentos para fins científicos e em 31 de janeiro de 2007 assinou, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, um convênio para criação de uma infra-estrutura para guarda, conservação e organização do acervo, nesse momento é que surge o Centro de Memória da Amazônia (CMA).

3.2 PROJETO A PRESENÇA DA INQUISIÇÃO NA AMAZÔNIA COLONIAL

O projeto *A Presença da Inquisição na Amazônia Colonial* – ou apenas Projeto Inquisição – tem o objetivo de realizar o levantamento da documentação inquisitorial pertencente ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, o qual se encontra disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, hoje denominado por Direção Geral de Arquivos (Lisboa, Portugal), coligado ao antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará (a partir de meados do século XVIII, Estado do Grão-Pará e Maranhão). Para tanto foi necessário digitalizar e divulgar estas informações em um banco de dados e esse esforço se justifica pela possibilidade de ampliação, neste lado do Atlântico, do número de pesquisas científicas que explorem o potencial do acervo inquisitorial.

O principal objetivo do projeto é levantar, digitalizar e divulgar a documentação inquisitorial do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, hoje Direção Geral de Arquivos (Lisboa, Portugal), relacionada ao antigo Estado

do Maranhão e Grão-Pará (a partir de meados do século XVIII, Estado do Grão-Pará e Maranhão)

Salvaguardar informações cruciais para a memória histórica paraense foi um trabalho que exigiu cautela, o qual se deu em grande parte com o apoio de funcionários do centro CMA. Além disso, a divulgação da base de dados foi emergencial considerando o grau de importância transmitido aos documentos históricos e a abertura para pesquisas acadêmicas com este instrumento, considerando tal afirmativa é que Abraão (2010, p. 4)

Não apenas a guarda e a preservação documental são importantes, visto que preservar é mais do que guardar, é tornar acessível à comunidade acadêmica e à sociedade informações que tragam conhecimento e novos saberes, de tal forma que a comunidade possa usufruir desses benefícios gerando novas pesquisas [...]

É por esse motivo que o acesso a informações tão singulares ganha destaque no âmbito acadêmico e, por conseguinte, para a sociedade civil. Sem deixar de considerar a redução dos custos. Trata-se, desta forma, da criação, a partir do projeto, um efeito multiplicador de pesquisas, incorporando alunos da graduação e da pós-graduação da UFPA, bem como de outras instituições de ensino superior, principalmente da região norte. O projeto segue sob a coordenação do Prof.^o Dr.^o Antonio Otaviano Vieira Junior e Prof.^o Dr.^o Rafael Chambouleyron – ambos docentes da referida instituição.

3.2.1 A Inquisição na região Norte

Conforme dados do Portal do Centro de Memória da Amazônia¹ (2011), em quase três séculos de atividades e as ações inquisitoriais resultaram em mais de dez mil processos, abarcando diferentes regiões do Império lusitano, incluindo a Amazônia. Sendo assim, coube ao Tribunal de Lisboa a tarefa de vigiar os “desvios da fé” e os “costumes” na América portuguesa, o que significou efetivamente a instalação local de mecanismos inquisitoriais de controle, seja por meio das visitas que ocorreram na América portuguesa, seja por meio da nomeação de Comissários ou da Habilitação de Familiares do Santo Ofício.

¹ O endereço eletrônico para acessar o portal é: <http://www.ufpa.br/cma/inquisicao/projeto.html>

Os desdobramentos, a partir da criação da base de ações do Santo Tribunal, resultaram na formação de um significativo rol de denúncias e de processos que envolviam moradores do Brasil. A coligação realizada entre a criação e a manutenção do aparelho de vigilância e a denúncia de réus, criou um extenso acervo documental, o qual está organizado sob os ditames burocráticos do Tribunal de Lisboa.

Originalmente essa documentação encontra-se arquivada e disponibilizada para consulta na Direção Geral de Arquivos (Lisboa, Portugal), entretanto, o Centro de Memória da Amazônia, a partir dos dados lisboetas disponibilizados, criou o projeto Inquisição o qual organizou os documentos dos processos em uma plataforma na internet a fim de facilitar o acesso. Para chegara até a página o pesquisador pode acessar diretamente do portal CMA, na página do projeto estão disponíveis os processos relacionados ao Grão-Pará e Maranhão, mais adiante serão expostos alguns processos para exemplificar os que compõem o projeto e como eles estão dispostos dentro da plataforma.

3.2.2 Como funcionava a inquisição

A Inquisição em Portugal havia sido institucionalizada no ano de 1536 e encerrada suas atividades em 1821. Com a criação do Tribunal do Santo Ofício português eram instituídas normas de conduta que deveriam ser seguidas pelos cristãos católicos, dessa forma, os acusados do Brasil eram denunciados ao Santo Ofício, em Portugal, a partir disso, eram enviados Comissários e outros funcionários inquisitoriais, incluindo Visitadores, para que fosse investigada a veracidade da denúncia. Caso a denúncia apresentasse consistência, pelo número de testemunhas e teor de seus depoimentos, associados à gravidade da acusação, o réu era remetido para Lisboa. Lá os acusados eram presos nos cárceres secretos da Inquisição para seguir o julgamento pelo Tribunal lisboeta. Houveram muitas denúncias versando sobre suspeitas de heresia, de judaísmo, escravidão de indígenas, bigamia, etc.

3.2.3 Os processos inquisitoriais

Os processos foram organizados conforme a numeração do documento a partir do século XVII, a imagem a seguir foi retirada do portal CMA e apresenta a disposição dos processos para consultas.

Figura 1 - Menu de processos

Menu dos Processos											
00050	00135	00210	00212	00213	00218	00219	00222	00225	00719	00848	01465
01552	01563	01564	01565	01566	01567	01717	01773	01894	02147	02168	02691
02692	02693	02694	02695	02696	02697	02698	02699	02700	02701	02702	02703
02704	02705	02706	02707	02777	02814	02911	03444	03754	03759	04334	04401
04786	04789	05169	05180	05184	05193	05527	05638	05667	05671	05672	05674
06272	06596	06694	06702	06841	06861	07338	07375	07532	07613	07930	08059
08125	08169	08234	08649	08693	09692	09802	10130	10181	10427	10473	11178
11724	11725	11725	11726	12884	12885	12886	12887	12888	12889	12890	12891
12892	12893	12894	12895	13201	13204	13208	13207	13209	13210	13325	13326
13327	13331	13332	13336	13454	14019	16492	16825	16914			

Fonte: Portal CMA

A exemplo desses processos cita-se a seguir dois deles, processo nº 00050 com 146 documentos e o processo nº 01894, com 135 documentos, para exemplificar a explicação dos mesmos. A descrição de cada um foi retirada do 'menu dos processos', e serão transcritas na íntegra tal como segue na página virtual.

Processo nº 00050 – 146 documentos

António José de Moraes, natural de São Vicente de Malta na comarca de Chaves pertencente ao arcebispado de Braga, é morador de São Luis do Maranhão. Com idade de 25 anos, casado, possui como principal atividade ser negociante de fazendas secas. Denunciado ao Santo Ofício pelo cônego João Pedro Gomes em 22 de junho de 1785, sob a acusação de bigamia, preso em 01 de setembro de 1785

[...]

Processo nº 01894 – 135 documentos

Adrião Ferreira de Passos ou Adrião Pereira de Faria ou Adrião Pereira Simões, cristão velho, natural da Vila da Vigia de Nossa Senhora de Nazaré e residente no Engenho do Sítio de Tapariuaussu, Vila da Vigia, bispado do Pará, casado, exercia as funções de sargento dos auxiliares, administrador de engenho e pescador. Denunciado ao Santo Ofício por Manoel Pacheco e

preso em 01 de fevereiro de 1757 sob a acusação de feitiçaria e superstições.
(PROJETO INQUISIÇÃO, 2008)

São mais de 100 processos organizados pelo projeto, os quais datam de meados do século XVIII até 1760, aproximadamente, como foi dito, os processos que estão arquivados neste projeto pertencem não só à região do Estado do Pará, mas abrangem o Maranhão, compondo a região Norte. Os processos denunciados nesta região eram recolhidos, fiscalizados por pessoas enviadas pela corte e somente eram julgados em Portugal, por não haver no Brasil um tribunal inquisitorial.

3.3 PROJETO IMIGRAÇÃO

O projeto imigração tem várias participações de docentes e discentes de várias instituições entre eles destacam-se as professoras e doutoras Cristina Donza Cancela; Maria de Nazaré Sarges; Marília Ferreira Emmi, todas pertencentes à Universidade Federal do Pará e a Prof.^aAmélia Bermeguy, ligada à Escola Superior Madr Celeste. Neste projeto são estudados os imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e marroquinos. O banco de dados pode ser acessado pelo portal do CMA, no entanto, a construção da base de dados ainda está em desenvolvimento, como se pode notar ao acessar a plataforma. Desta maneira, considerou-se para este estudo a apresentação feita por cada professora supra dita e as considerações de cada uma sobre o estudo desenvolvido.

3.3.1 *Imigrantes Portugueses*

Foi muito expressiva a população imigrante na região norte, entre as diversas etnias que aqui instalaram grande parte eram portugueses, ficando em menor escala a presença de espanhóis, de marroquinos e de italianos, entretanto, o registro dessas pessoas foram de suma importância para a compreensão de traços culturais existentes até a atualidade. No começo da presente pesquisa foram citadas algumas informações sobre a imigração portuguesa e a forte influência que esta imigração exerceu sobre a cidade de Belém.

Os inventários *post mortem*, datados dos anos de 1870 a 1920, do cartório OdonRhosard, do fundo do judiciário pertencente ao acervo do CMA, fomentou a

possibilidade de os pesquisadores observarem que cerca de 10% do acervo dizia respeito a estrangeiros residentes no Pará, dentre estes, 87% eram portugueses. Grande parte dos portugueses, homens e mulheres, vinham dos distritos de: Viana do Castelo, Viseu, Bragança, Aveiro, Leiria, Beja, Santarém, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa e Ponta Delgada. Ao saírem de seus locais de origem, em vilas rurais de Portugal, dirigiam-se para Lisboa, onde ficavam em hotéis ou casa de conhecidos e parentes, até conseguirem dar entrada no pedido de passaporte e ter a autorização para viajar para o Brasil.

Segundo Cristina Cancela (2011) entre os imigrantes portugueses a presença masculina era majoritária e suas principais atividades eram a de: proprietários, comerciantes, empregados no comércio, marítimos e trabalhadores agrícolas. Outras profissões apareceram em menor escala, como as de: serralheiro, jornaleiro, padeiro, sapateiro, carpinteiro, criado de servir, calafate, alfaiate, pescador e vendedor ambulante. Este perfil mostra a diversidade de suas ocupações, embora as atividades associadas ao comércio predominassem.

Contudo, muitas mulheres também vinham para tratar de negócios da casa ou mesmo para trabalhar exercendo atividades ligadas ao serviço doméstico, como: criadas, engomadeiras, costureiras e amas-de-leite. Comumente, essas mulheres trabalhadoras vinham sozinhas ou em companhia de seus filhos, alguns deles bastardos. Uma vez no Brasil, esses imigrantes se fixaram e construíram uma vida familiar a partir do casamento

3.3.2 *Imigrantes Espanhóis*

Conforme a professora Maria Sarges (2011) no contexto econômico da economia da borracha no final do século e início do XX, muitos foram os imigrantes que chegaram à cidade de Belém, entre eles estavam os espanhóis oriundos, em sua maioria, da região da Galícia. Muitos eram lavradores por isso encaminharam-se ao núcleo colonial de Outeiro, às proximidades de Belém, embora também aqui aportassem homens de outras profissões como ferreiro, carpinteiro, chocolateiro.

Segundo a autora, o governo do Estado do Pará, por meio da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, estabeleceu com os agentes Francisco Cepeda, Heliodoro Jaramillo e Emílio Martins a introdução de imigrantes no Estado

do Pará. Dessa maneira o governo determinava que os contratantes fossem obrigados a fazer às suas custas nos países estrangeiros de origem dos imigrantes a propaganda das condições e vantagens do solo do Pará em um livro intitulado *El Pará* com o intuito de atrair os espanhóis para o Estado. A partir disso, somente no ano de 1896 foram introduzidos 3.168 imigrantes espanhóis, e destes um total de 1.777 partiram para os núcleos agrícolas e, precisamente, 1.368 permaneceram na capital.

3.3.3 *Imigrantes Italianos*

A presença italiana na Amazônia do fim do século XIX até às primeiras décadas do século XX insere-se no conjunto das correntes migratórias internacionais que se dirigiram para a região, cuja principal motivação seria a busca por riquezas decorrentes da exploração da borracha. Entre os italianos, um grupo significativo foi formado por religiosos que vinham atender determinações específicas de suas respectivas congregações.

De acordo com a pesquisadora Marília Emmi (2011), o fluxo migratório de italianos direcionado para as colônias agrícolas era composto por grupos familiares de agricultores que em 1899, em navios da companhia La Ligure Brasileira deixaram a Itália destinando-se a povoar colônias agrícolas de Anita Garibaldi, lanetama localizadas às margens da estrada de ferro de Bragança, no atual município de Castanhal e colônia modelo de Outeiro, localizada no distrito de Icoaraci. Na Amazônia, o segmento dos italianos se dirigiu às cidades fixando-se nas capitais do Pará e do Amazonas, Belém e Manaus e em alguns municípios localizados ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, por onde circulava o capital mercantil decorrente da economia da borracha. Entretanto, vale ressaltar que, embora a economia tenha declinado muitos imigrantes italianos permaneceram nas cidades.

Eles haviam se inserido diversos setores econômicos, além disso, o crescimento urbano propiciava condições favoráveis e criava um mercado de atividades de prestação de serviços que atraiu boa parte dos imigrantes que chegavam às cidades. Por outro lado, os que traziam algumas economias, geralmente empregavam seus capitais na criação de estabelecimentos comerciais nas capitais e em cidades do interior. Houve casos em que a habilidade artesanal

evoluiu para a criação de fábrica de sapatos ou proporcionou a criação de alfaiatarias e ourivesarias. Ao lado destes imigrantes economicamente bem situados muitos permaneceram exercendo atividades de menor qualificação como engraxates, jornaleiros, marceneiros, pedreiros, entre outras.

3.3.4 *Imigrantes Marroquinos*

A pesquisadora Amélia Bermeguy (2011), diz que a cidade de Belém foi considerada a capital brasileira com maior concentração de judeus marroquinos de tradição sefaradim (denominação dada ao hebreu do Ocidente ou Espanha). Em 1808 o príncipe regente D. João VI abriu os portos do Brasil às potências estrangeiras, fato que admitia o ingresso de não católicos ao país. Segundo a autora, em 1810 foi realizado o tratado de comércio e navegação, e assinado com a Inglaterra o qual registrava expressamente em seu artigo 12 que “os estrangeiros residentes nas possessões portuguesas não seriam perseguidos ou inquietados por matérias de consciência, assim nas pessoas, como nos seus bens”. Tal determinação tranquilizava em relação à Inquisição, que embora já enfraquecida resistiu até 1821.

Naquele mesmo ano uma lei publicada em 18 de fevereiro, em Portugal, ratificando as liberdades e os privilégios concedidos pelos primeiros reis daquele Reino aos judeus foragidos, também era convidativa ao grupo que sofrera séculos de perseguição na Península Ibérica e que desde o domínio mulçumano, se via em condições restritas também em Marrocos. Por fim, a primeira Constituição brasileira (1824) que concedia a liberdade de culto às religiões não católicas (em âmbito privado) foi importante para atrair judeus ao solo nacional.

Os judeus sefaradim também contavam com outra fonte de informação e estímulo - a rede de parentescos que se formava em Belém e Manaus. Entre os que vieram para o Brasil e os que permaneceram em Marrocos e Portugal muitos postais, cartas e pequenas correspondências foram trocados. Nelas notícias de enriquecimento e prosperidade circulavam e encorajavam jovens judeus a se aventurar pelas cidades da Amazônia.

No início do século XX já estabelecidos e com o fluxo migratório apenas com eventos pontuais, esse grupo de imigrante se preocupou em consolidar a comunidade regional e, também, nacionalmente. Organizados e já com um

equipamento urbano consolidado (sinagogas, cemitérios, associação e uma escola que funcionava em Belém), os judeus de origem marroquina puderam ser visualizados com maior expressividade na trama das cidades e lugarejos em que se estabeleceram. Escreveram nos jornais, fundaram associações, publicaram seu próprio periódico e passaram a debater mais abertamente seu lugar social neste espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propiciou a compreensão da importância em conservar dados que contam a história de uma comunidade, isto é, com este estudo foi possível compreender a importância que os acervos arquivados têm para a memória de uma sociedade.

Dessa forma, para a realização deste estudo foi de fundamental seriedade a compreensão de conceitos elementares para o estudo arquivístico, para tanto, foi dada ênfase em um par indissociável: arquivo-memória, com este par pode-se compreender que arquivo está para além de apenas um documento tratado a partir de mecanismos tecnológicos que facilitem o acesso e a recuperação de informações por ele guardada. Trata-se na verdade de informações incrustadas às memórias civis, pois tudo aquilo que diz respeito e identifica o espaço, os costumes, os monumentos, os direitos, fazem parte da criação da identidade social e, por conseguinte, do patrimônio cultural.

Dessa forma, pode-se analisar que os conceitos passados no decorrer da formação acadêmica de um arquivista são fundamentais para a elaboração das atividades desenvolvidas na profissão de arquivista, tal como pode ser visto nos projetos apresentados nesta pesquisa, ambos vinculados ao Centro de Memória Paraense e a Universidade Federal do Pará.

A área arquivística carece ainda de muitas pesquisas e de aprofundamento em estudos, levando em consideração de que se trata de uma área de estudo relativamente nova, sendo assim, este estudo teve como preocupação depreender a significância em salvaguardar a memória de uma sociedade, todavia, poderiam ser aprofundados os estudos sobre os projetos aqui apresentados ponderando a importância que cada um possui para a construção da identidade social do país, muito embora, o projeto Imigração ainda não tenha disponibilizado os dados do acervo a plataforma virtual, o projeto Inquisição sistematizou em um banco de dados os documentos que compõem os processos denunciados no Brasil, mais precisamente nos Estados do Pará e Maranhão.

5 REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Eliane Morelli. **Memória Científica: a importância da preservação documental.** In: Encontro Regional de História, n. 20, 2010, Franca. **Anais.** Franca: UNESP, 2010.

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Princípios éticos do arquivista. Disponível em: <http://www.aab.org.br>. Acessado em 6 de out de 2017.

BELLOTTO, H.L. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOTTINO, Mariza. **Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação.** Arquivo & Administração, v. 15, nº 23, p. 14, 1994.

CASTRO, Astréa de Moraes. **A formação e a profissão do arquivista no Brasil.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972 Rio de Janeiro, RJ. Anais... Brasília, 1979.

CMA, **Projeto Imigração.** Disponível em: <http://www.ufpa.br/imigração.html>. Acessado em 12 out 2017

CMA, **Projeto da Inquisição na Amazônia.** Disponível em: <http://www.ufpa.br/cma/inquisicao/index.html>. Acessado em 12 de out 2017.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. **Associação dos Arquivistas Brasileiros.** 1972, Rio de Janeiro, RJ. Anais. Brasília, 1979.

FERREIRA, L.F.G., MORAIS, L.E.M. **Preservação de acervos arquivísticos e promoção cultural local,** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2004, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrent/Cultura/Cultura21.pdf>. Acesso em: 11 jun 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972. 260 p.

HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro.** 2009. Tese

(Doutorado em Sociologia) – IUPERJ, Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos.** Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória.** Tradução Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206 p.

OLIVEIRA, Eliane B. O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLHAR ARQUIVISTA, **Atribuições do Arquivista.** Disponível em: <https://olhararquivistico.blogspot.com.br/2011/10/atribuicoes-do-arquivista.html>. Acessado em 30 ago. 2017.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires. **Os discursos de patrimonialização cultural dos arquivos no Brasil.** In: Nadia Maria Weber Santos; Cleusa Maria Gomes Graepin. (Org.). Patrimônio cultural e políticas públicas. Canoas: UNILASALLE, 2014, v. 1, p. 135-150.

PAZ, Joseane Maria da. A responsabilidade dos arquivos nas tomadas de decisões. **Biblios**, Rio Grande do Norte, v. 19, n. 18, p.84-95, abr. 2004.

SOARES. N.T. **As novas funções dos arquivos e dos arquivistas.** Cadernos FUNDAP, São Paulo, ano 4, n. 8, p. 40-48, abr. 1984.